

Defensoria envia ao Rio propostas para reduzir letalidade policial

20/06/2022

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro enviou ao governo do estado propostas para a redução da letalidade policial em 70% em um ano. Entre as medidas, a Defensoria pede ações de garantia de perícia independente, o controle de armas e munições, o fortalecimento dos programas de proteção e que o direito à participação das vítimas nas investigações seja assegurado.

Vladimir Platonow / Agência Brasil



Defensoria defende controle da atividade de policiais em favelas do Rio de Janeiro
Vladimir Platonow / Agência Brasil

O documento afirma que tais medidas são fundamentais para uma resposta adequada e abrangente no enfrentamento do problema, sendo essenciais para uma governança democrática.

A Defensoria do Rio argumenta ainda que é urgente que "a questão da violência e criminalidade não seja enfrentada apenas como uma questão de polícia, buscando mitigar suas causas, através de políticas voltadas especialmente para a juventude negra, pobre e moradores de favelas, principal alvo da violência institucional".

Organizadas em cinco eixos, as propostas da Defensoria do Rio defendem também medidas voltadas para melhorias no treinamento, na reciclagem e nas condições de trabalho de agentes de segurança, com formação voltada para os direitos humanos e contra o racismo estrutural.

A Defensoria pede ainda a criação de uma Ouvidoria Externa de Polícia, com participação social de entidades da sociedade civil. O objetivo da ouvidoria é criar mecanismos para exercício do controle social das forças de Estado, conforme modelo já existente em São Paulo.

A redução da letalidade em 70% é baseada em cálculos apresentados pelo Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos, da Universidade Federal Fluminense (Geni-UFF). A Defensoria afirma que, apesar de parecer elevada, a meta é factível, principalmente após a redução da letalidade policial imediatamente após a decisão do ministro Edson Fachin em 2020, que [suspendeu as operações](#) as operações policiais nas comunidades durante a pandemia (ADPF 635). À época, a redução da letalidade foi exatamente igual à proposta pela Defensoria.

As propostas atendem a uma decisão tomada pelo próprio ministro Fachin após a ação que matou 23 civis na Vila Cruzeiro, em maio deste ano. Ele exigiu a participação da Defensoria, do Ministério Público e da OAB na formulação de um plano do governo estadual para a redução das mortes em operações policiais.

OAB e UFF

A seccional fluminense da OAB e o Geni-UFF também [enviaram ao governo](#) do Rio de Janeiro uma série de propostas



com o objetivo de reduzir a letalidade policial em até 70% no prazo de um ano.

As propostas da OAB, que incorporaram o trabalho do Geni, tratam da melhor preparação, condução e avaliação das operações policiais, que devem passar por controle de legalidade a partir do registro de tudo o que está envolvido: informações da inteligência, inventário com armamento usado e aspectos orçamentários.

A entidade ainda sugere o uso de armamento não letal como primeira opção e de câmeras individuais para policiais, além de pedir que o perfilhamento racial e as estratégias de emboscada sejam diretamente discutidos e afastados pela polícia.

O documento do Geni sugere a atualização dos protocolos operacionais das Polícias Civil e Militar referentes às operações em "áreas sensíveis" do Rio, com a formação de sala de monitoramento ativo das operações policiais. *Com informações da assessoria de imprensa da DP-RJ.*

Clique [aqui](#) para ler a propostas da Defensoria do Rio

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-jun-20/defensoria-envia-rj-propostas-reduzir-letalidade-policial-3/>